

Estatuto da Associação Portuguesa de Engenheiros, 1976

Estatuto da Ordem dos Engenheiros¹ (Associação Portuguesa de Engenheiros)

CAPITULO I

Denominação e sede

ARTIGO 1.º

Denomina-se Ordem dos Engenheiros a associação portuguesa de engenheiros, adiante designada por Ordem.

ARTIGO 2.º

A Ordem é de utilidade pública, de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de duração ilimitada, constituída em conformidade com a lei.

ARTIGO 3.º

Ordem tem a sua sede em Lisboa.

CAPITULO II

Objectivos

ARTIGO 4.º

O objectivo fundamental da Ordem reside na promoção das ciências e das técnicas da engenharia numa perspectiva de serviço da colectividade, através da valorização da competência profissional e da actuação deontologicamente dignificante dos seus associados.

ARTIGO 5.º

A Ordem procurará

a) desenvolver o intercâmbio com instituições estrangeiras congéneres e com escolas de engenharia nacionais e estrangeiras, a fim de reforçar as trocas de conhecimentos e de experiência entre as nações e de contribuir para o progresso da engenharia e do seu ensino;

b) organizar a realização de cursos, palestras, congressos, exposições, visitas de estudo e outras actividades afins, bem como constituir bibliotecas e museus técnicos e editar publicações de interesse profissional e científico;

e) favorecer, reforçar e desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os seus membros, de forma a que as questões respeitantes aos aspectos sociais e profissionais da engenharia sejam examinadas em comum;

d) prestar a colaboração técnica ou científica que lhe seja solicitada pelas entidades oficiais ou de interesse público.

ARTIGO 6.º

Na linha do seu objectivo fundamental, a Ordem fomentará a criação de especializações e atribuirá os respectivos títulos.

ARTIGO 7.º

A Ordem procurará adaptar a classificação dos seus membros e conteúdo das especialidades nela incluídas às normas internacionais de qualificação, garantindo a sua competência profissional, por forma a facilitar a inscrição dos engenheiros nos registos internacionais.

§ único. A Ordem deverá incentivar a passagem dos seus membros de uma qualificação já adquirida para outra de nível superior, tendo em vista objectivos de justiça social e profissional.

CAPÍTULO III

¹ *Estatuto da Ordem dos Engenheiros (Associação Portuguesa de Engenheiros)*, Escritura de 28 de Junho de 1976, de folhas 27 a 61 do livro n.º 41-F do 8º Cartório Notarial de Lisboa, publicada no *Diário da República* de 14-7-76 111 série, n.º 163, de folhas 7140 a 7150, Lisboa, 1976.

Associados.

ARTIGO 8.º

A Ordem terá as seguintes categorias de associados:

- a) membros efectivos;
- b) membros extraordinários.

1 - Os membros efectivos distribuir-se-ão por cinco graus de qualificação profissional, designados por:

- a) membros efectivos C1;
- b) membros efectivos C2;
- c) membros efectivos CL;
- d) membros efectivos L1;
- e) membros efectivos L2.

2 - Os membros extraordinários distribuem-se pelas categorias seguintes:

- a) membros honorários;
- b) membros estudantes;
- c) membros correspondentes.

ARTIGO 9.º

A admissão de membros efectivos é condicionada por diploma de curso académico nacional ou estrangeiro, de acordo com o estabelecido no artigo 10º e eventualmente por prestação de provas perante a Comissão de Admissão. A prática pode dar acesso a graus mais elevados de qualificação profissional conferidos pela Ordem, nos termos expressos nos artigos MO, 12.º 13.º e 14.º

§ 1.º A prestação de provas de admissão apenas será exigida aos candidatos de escolas ou cursos cujo funcionamento se tenha processado em circunstâncias anormais, afectando a qualidade do ensino ou o apuramento dos resultados.

§ 2.º Compete ao Conselho Directivo Nacional, ouvida a Comissão de Admissão, determinar as escolas ou cursos abrangidos pelas disposições do parágrafo anterior.

ARTIGO 10.º

As condições de admissão de membros efectivos são as seguintes:

- a) diplomados com um curso universitário de grau académico de licenciado (engenheiros de concepção) para a categoria de membro efectivo CL;
- b) diplomados com um curso superior de grau académico de bacharel, tendo como condição curricular o curso complementar do ensino secundário exigido para os cursos universitários (engenheiros de ligação) para a categoria de membro efectivo U.

ARTIGO 11.º

O grau de qualificação profissional L1 poderá ser outorgado quando requerido, a membros efectivos L2 desde que possuam, pelo menos, cinco anos de exercício de profissão e curriculum de mérito reconhecido pela Comissão de Qualificação Profissional.

ARTIGO 12.º

Qualquer membro efectivo de grau L1 poderá adquirir o grau de membro efectivo C1, desde que satisfaça, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) pelo menos três anos de actividade no exercício de funções de responsabilidade correspondentes às de engenheiro diplomado com um curso universitário e grau académico de licenciado, com um curriculum profissional de mérito reconhecido pela Comissão de Qualificação Profissional;
- b) aprovação num exame de ciências aplicadas e/ou testes adequados, a cargo da Comissão de Admissão, segundo regulamento a estabelecer.

ARTIGO 13.º

Será concedido o grau de qualificação profissional C2 aos membros efectivos C1, com grau académico de licenciado que o requeiram e possuam, pelo menos, cinco anos de exercício de profissão e um curriculum de mérito reconhecido pela Comissão de Qualificação Profissional.

ARTIGO 14.º

O grau de qualificação profissional C1 será outorgado, desde que requerido, aos membros

efectivos C2, com pelo menos dez anos de exercício da profissão e com um curriculum de mérito reconhecido pela Comissão de Qualificação Profissional.

ARTIGO 15.º

Os membros serão inscritos pelas especialidades reconhecidas, constantes do quadro geral da Ordem.

ARTIGO 16.º

A inscrição na Ordem far-se-á na região ou distrito de residência do candidato. Contudo, a pedido deste, devidamente justificado, poderá o respectivo Conselho Directivo autorizar que a inscrição se faça em região ou distrito diferente, de acordo com os interesses do candidato, à luz dos objectivos da Ordem.

ARTIGO 17.º

Poderão ser admitidos na qualidade de membros honorários os indivíduos ou colectividades que, exercendo ou tendo exercido actividades de reconhecido interesse colectivo, público ou nacional, sejam considerados pelo Conselho Directivo Nacional como merecedores de tal distinção.

ARTIGO 18.º

Os estudantes das escolas universitárias ou superiores de engenharia cujo diploma confira acesso imediato a membro efectivo poderão ser admitidos na qualidade de membros estudantes.

ARTIGO 19.º

Como membros correspondentes poderão ser admitidos:

- a) profissionais com o grau académico de licenciado que, não exercendo a profissão de engenheiro nem tendo a respectiva formação escolar, exerçam actividades afins e apresentem um curriculum valioso, como tal reconhecido pela Comissão de Admissão;
- b) membros de associações equivalentes estrangeiras que confiram igual tratamento aos membros da Ordem;
- c) profissionais de engenharia diplomados por escolas portuguesas, cujo diploma dê acesso às categorias de membros efectivos e que exerçam a sua actividade no estrangeiro.

CAPITULO IV

Organização.

ARTIGO 20.º

A Ordem organiza-se, territorialmente, a três níveis

- a) nacional;
- b) regional;
- c) distrital.

ARTIGO 21.º

O nível nacional da Ordem integra os territórios do continente e das ilhas.

ARTIGO 22.º

1 - Uma Região, como escalão organizativo da Ordem, é uma extensão do território do continente com continuidade geográfica e com uma população não inferior a 2 milhões de habitantes.

2 -A Ordem é criada com as seguintes três Regiões:

- a) Região Norte;
- b) Região Centro;
- c) Região Sul.

3 - São integradas nas três Regiões as seguintes cidades e respectivas áreas de influência:

- a) Região Norte: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real;
- b) Região Centro: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu;
- c) Região Sul: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal.

4 -São as seguintes as sedes das Regiões:

- a) Região Norte: Porto;
- b) Região Centro: Coimbra;
- e) Região Sul: Lisboa.

5 - As cidades e respectivas áreas de influência integradas em cada Região definem o domínio

territorial de jurisdição dos correspondentes órgãos regionais da mesma. 6 - As áreas de influência de cidades situadas próximo dos limites das Regiões cuja integração regional suscite dúvidas, serão definidas por comum acordo entre os Conselhos Directivos das Regiões respectivas, ouvidos os membros associados directamente interessados.

ARTIGO 23.º

1 - Um Distrito, como escalão organizativo da Ordem, é uma parcela de território nacional com continuidade geográfica ou administrativa, com uma população não inferior a 200000 habitantes e onde se concentrem, no continente, pelo menos cinquenta membros efectivos.

2 - A criação, no continente, de Distritos presume a vontade expressa de, pelo menos, três quartos dos associados nas condições do número anterior e a aprovação do Conselho Directivo da respectiva Região.

3 - A Madeira e os Açores constituem Distritos com órgãos próprios dotados de autonomia.

ARTIGO 24.º

1 - São órgãos da Ordem, de nível nacional:

- a) o Congresso;
- b) o Presidente Nacional;
- c) o Conselho Directivo Nacional;
- d) o Conselho Fiscal Nacional;
- e) o Conselho Disciplinar Nacional;
- f) a Comissão de Admissão;
- g) a Comissão de Qualificação Profissional;
- h) a Comissão Editorial.

2 - São órgãos da Ordem, em cada Região:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho Directivo;
- c) o Conselho Fiscal ;
- d) o Conselho Disciplinar;
- e) as Comissões de Especialidades.

3 - Poderão ser constituídos como órgãos da Ordem, em cada Região, entre outros, e dependendo dos respectivos Conselhos Directivos:

- a) Comissões por sectores de actividade económica;
- b) Comissões de ensino e investigação;
- c) Comissão de publicações;
- d) Grupos de trabalho diversos.

4 - Em cada Distrito, do continente, haverá um Conselho Directivo, delegado do Conselho Directivo da Região respectiva.

5 - São órgãos da Ordem na Madeira e nos Açores:

- a) a Assembleia Geral;
- b) o Conselho Directivo;
- c) o Conselho Fiscal.

6 - Poderão ser constituídos como órgãos da Ordem, na Madeira e nos Açores, comissões ou grupos de trabalho para fins específicos, de acordo com os respectivos Conselhos Directivos e deles dependentes.

ARTIGO 25.º

1 - O Congresso é aberto a todos os membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos, inscritos nas Regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores.

2 - O Congresso reúne anualmente, rotativamente em cada uma das Regiões, pela seguinte sequência: Sul, Norte e Centro. Esta sequência poderá ser interrompida pela realização do Congresso nos distritos da Madeira ou dos Açores, desde que para tal existam condições.

3 - A organização do Congresso compete ao Conselho Directivo Nacional, que se apoiará num grupo de trabalho *ad hoc*, o qual integrará, entre outros, elementos do Conselho Directivo da Região ou

Distritos da Madeira ou dos Açores em que se realizar o Congresso.

4 - A agenda terá três partes, que, em sequência, serão as seguintes:

- a) eleição do Presidente e de dois secretários da mesa;
- b) apreciação e votação do relatório e contas do Conselho Directivo Nacional relativos ao ano civil transacto e do parecer do Conselho Fiscal Nacional;
- c) apresentação e discussão de comunicações de carácter técnico, científico e profissional subordinadas ao programa e temas fixados pelo Conselho Directivo Nacional, com uma antecedência mínima de seis meses relativamente à realização do Congresso.

5 - A assistência à terceira parte do Congresso, referida na alínea c) do número anterior, é extensível a outras individualidades, para além dos membros efectivos em pleno gozo dos seus direitos.

6 - O Congresso será, a um tempo, a assembleia de apreciação dos actos de gestão dos órgãos de nível nacional da Ordem e o acto maior de expressão pública das actividades técnicas, científicas e profissionais da Ordem.

ARTIGO 26.º

1 - O Presidente Nacional é eleito por escrutínio directo universal. 2 - Só podem ser eleitos para Presidente Nacional os membros efectivos CI no pleno gozo dos seus direitos. 3 - Compete-lhe:

- a) representar a Ordem no País e no estrangeiro;
- b) presidir ao Conselho Directivo Nacional, à Comissão de Admissão, à Comissão de Qualificação Profissional e à Comissão Editorial;
- c) escolher os membros da Comissão Editorial, nos termos do n.º 2 do artigo 32;
- d) conferir posse aos membros eleitos para os órgãos nacionais da Ordem: nos termos do n.º 2 do artigo 77.º;
- e) velar pelo exacto cumprimento do presente estatuto a nível nacional, regional e distrital;
- f) despachar o expediente corrente do Conselho Directivo Nacional.

ARTIGO 27.º

1 - O Conselho Directivo Nacional é constituído pelo Presidente Nacional e pelos Presidentes e Secretários dos Conselhos Directivos das Regiões, podendo agregar, a título de observador, um representante de cada um dos Conselhos Directivos da Madeira e dos Açores.

2 - O Conselho Directivo Nacional reunirá mensalmente, na sede nacional da Ordem, com o mínimo de quatro membros;

3 - Compete-lhe:

- a) promover o prestígio da Ordem através da satisfação dos seus objectivos, consignados no capítulo II;
- b) definir as grandes linhas de actuação comum para cada novo ano de actividade da Ordem, a serem seguidas pelas Regiões e pelos Distritos da Madeira e dos Açores;
- c) gerir os serviços centrais da Ordem e administrar os seus bens;
- d) elaborar o relatório e contas a apresentar ao Congresso;
- e) organizar os Congressos nos termos do n.º 3 do artigo 25.º, e fixar e divulgar, com uma antecedência mínima de seis meses, os respectivos programas e temas da terceira parte referida na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º, bem como as suas datas de realização e local;
- f) decidir sobre matérias a submeter a referendo, sob proposta das Assembleias Gerais, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º, ou de sua iniciativa, nos termos da alínea d) do artigo 79.º;
- g) organizar e realizar referendos, em colaboração com os Conselhos Directivos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, nos termos da alínea j) do n.º 3 do artigo 34.º, e fixar as respectivas datas e períodos de esclarecimento e debate, nos termos do n.º 3 do artigo 82.º;
- h) arrecadar receitas e satisfazer despesas;
- i) escolher as escolas universitárias ou superiores de engenharia e as instituições previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 30.º; j) dar cumprimento ao disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 9.º;
- j) manter actualizado o registo geral das inscrições de membros feitas nas Regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores;
- k) criar novas especialidades e outorgar os respectivos títulos;
- l) dar cumprimento ao disposto no capítulo XII relativamente à aprovação dos regulamentos;

- m)* exercer, em conjunto com o Conselho Disciplinar Nacional, a acção disciplinar definida na alínea *r)* do n.º 2 do artigo 29.º;
 - n)* participar às entidades competentes, para os devidos efeitos, as penas disciplinares de suspensão ou expulsão que tenham sido impostas aos membros da Ordem;
 - o)* coadjuvar o Presidente Nacional nas suas funções de presidente da Comissão de Admissão, Comissão de Qualificação Profissional e Comissão Editorial;
 - p)* marcar as datas das eleições, nos termos do artigo 63.º;
 - q)* proclamar as listas vencedoras de eleições para os órgãos nacionais da Ordem, nos termos do n.º 4 do artigo 75.º;
 - r)* fixar as comparticipações da Ordem nos encargos das campanhas eleitorais das listas concorrentes, nos termos do artigo 78.º;
 - s)* resolver conflitos de jurisdição e competência;
 - t)* deliberar sobre a propositura de acções judiciais, confessar, desistir, transigir, alienar ou obrigar bens, contrair empréstimos e aceitar doações e legados;
 - u)* velar pelo património nacional da Ordem;
 - v)* proclamar membros honorários, de acordo com as propostas dos Conselhos Directivos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores;
 - x)* exercer todas as atribuições da Ordem que não sejam da competência de outros órgãos.
- 4 -As decisões do Conselho Directivo Nacional serão tomadas por maioria simples dos seus membros, tendo o Presidente Nacional voto de qualidade.
- 5 - Os serviços de expediente do Conselho Directivo Nacional serão dirigidos por um secretário-geral, por ele livremente escolhido.

ARTIGO 28.º

1 -O Conselho Fiscal Nacional é constituído pelos Presidentes dos Conselhos Fiscais das Regiões, devendo os referidos membros escolher o Presidente, entre si, após o acto de posse.

2 - Compete-lhe -

- a)* - examinar, pelo menos trimestralmente, a gestão financeira da competência do Conselho Directivo Nacional;
- b)* dar parecer sobre o relatório e contas apresentadas pelo Conselho Directivo Nacional, bem como sobre o orçamento;
- c)* assistir às reuniões do Conselho Directivo Nacional, sempre que o julgar conveniente, sem contudo ter voto deliberativo.

ARTIGO 29.º

1 -O Conselho Disciplinar Nacional é constituído pelos Presidentes dos Conselhos Disciplinares das Regiões, devendo os referidos membros escolher o Presidente, entre si, após o acto de posse.

2 - Compete-lhe:

- a)* instruir, em única instância, os processos disciplinares que digam respeito a membros ou ex-membros de corpos gerentes da Ordem, bem como os respeitantes a membros inscritos nos distritos da Madeira e dos Açores;
- b)* instruir, em segunda instância, os recursos interpostos das decisões dos Conselhos Disciplinares das Regiões;
- c)* julgar, em conjunto com o Conselho Directivo Nacional, os processos disciplinares e os recursos referidos nas alíneas anteriores.

3 - A acção do Conselho Disciplinar Nacional regular-se-á pelo Regulamento Disciplinar, cuja elaboração, revisões e correspondentes aprovações se encontram prescritas no artigo 125.º

ARTIGO 30.º

1 -A Comissão de Admissão terá a seguinte constituição:

- a)* Presidente Nacional, que presidirá;
- b)* quatro representantes de diferentes escolas universitárias ou superiores de engenharia, escolhidas estas pelo Conselho Directivo Nacional;
- c)* dois representantes de instituições de reconhecido prestígio no campo da investigação científica orientada para os problemas da engenharia, escolhidas estas pelo Conselho Directivo Nacional;

d) um engenheiro, de comprovado prestígio profissional e deontológico, de cada uma das especialidades reconhecidas pela Ordem.

2 - Os membros a que respeita a alínea *d)* do número anterior serão eleitos por voto directo e universal entre candidatos inscritos em listas abertas.

3 - A Comissão de Admissão poderá agregar elementos *ad hoc* ou solicitar pareceres a comissões especializadas da Ordem ou a entidade exterior sempre que o julgar conveniente.

4 - A Comissão de Admissão reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente a critério do Presidente Nacional, uma vez mais nos intervalos das reuniões ordinárias.

5 - As condições de exercício da Comissão de Admissão, de acordo com os objectivos fixados no § 2.º do artigo 9.º, do artigo 10.º, alínea b) do artigo 12.º e alínea a) do artigo 19.º, serão objecto de regulamento próprio, conforme prescrito no artigo 126.º

ARTIGO 31.º

1 - A Comissão de Qualificação Profissional terá a seguinte constituição:

a) Presidente Nacional, que presidirá;

b) dois engenheiros de cada uma das especialidades reconhecidas pela Ordem, os quais desfrutem de um alto prestígio profissional e deontológico.

2 - Os membros a que respeita a alínea *b)* do número anterior serão eleitos por voto directo e universal entre candidatos inscritos em listas abertas.

3 - A Comissão de Qualificação Profissional poderá agregar elementos *ad hoc* ou solicitar pareceres a comissões especializadas da Ordem ou a entidades exteriores sempre que o julgar conveniente.

4 - A Comissão de Qualificação Profissional reunirá ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente a critério do Presidente Nacional, uma vez mais nos intervalos das reuniões ordinárias.

5 - As condições de exercício da Comissão de Qualificação Profissional, de acordo com os objectivos fixados nos artigos 11.º, 12.º, alínea a), 13.º, 14.º, 41.º e 45.º, serão objecto de regulamento próprio, conforme prescrito no artigo 126.º

ARTIGO 32.º

1 - A Comissão Editorial terá a seguinte constituição:

a) Presidente Nacional, que presidirá;

b) seis engenheiros que desfrutem de um alto prestígio profissional e deontológico.

2 - Os membros a que respeita a alínea *b)* do número anterior serão escolhidos pelo Presidente Nacional, ouvido o Conselho Directivo Nacional.

3 - As condições de exercício da Comissão Editorial, de acordo com os objectivos no capítulo VIII, serão objecto de regulamento próprio, conforme prescrito no artigo 126.º.

ARTIGO 33.º

1 - As Assembleias Gerais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores são constituídas por todos os membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos, inscritos nas respectivas Regiões ou Distritos.

2 - Compete-lhes, fundamentalmente:

a) eleger os membros dos órgãos respectivos e dos órgãos nacionais da Ordem;

b) aprovar, anualmente, o relatório e contas dos respectivos Conselhos Directivos e o parecer dos respectivos Conselhos Fiscais;

c) apreciar e deliberar sobre o orçamento anual proposto pelos respectivos Conselhos Directivos;

d) estabelecer o valor das respectivas jóias e quotas;

e) remeter ao Conselho Directivo Nacional, para serem submetidas a referendo, propostas de alterações ao Estatuto ou aos regulamentos dos órgãos nacionais ou, ainda, de dissolução da Ordem;

f) apreciar os actos de gestão dos respectivos órgãos regionais ou distritais.

3 - As Assembleias Gerais reunirão obrigatoriamente em sessões ordinárias, de três em três anos e no mês de *Fevereiro*, para exercerem as atribuições previstas na alínea do número anterior

4 - As Assembleias Gerais reunirão obrigatoriamente em sessões ordinárias, todos os anos, no mês de *Março* - para exercerem as atribuições previstas nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º2 anterior.

5 - As Assembleias Gerais reunirão extraordinariamente quando os respectivos Conselhos Directivos ou Conselhos Fiscais o considerarem necessário, ou sempre que um mínimo de 10% de correspondentes membros efectivos, no pleno gozo dos seus direitos, o requeira à Mesa, não se exigindo, em caso algum, um número de requerentes superior a cem.

6 - As Assembleias Gerais só poderão tomar decisões sobre matérias que se enquadrem nos objectivos da Ordem, tal como consignados no capítulo II.

7 - As decisões das Assembleias Gerais não vinculam a Ordem enquanto instituição de âmbito nacional.

8 - As Mesas das Assembleias Gerais serão constituídas por um Presidente, um Vice-presidente e dois Secretários, eleitos por sufrágio directo e universal de âmbito regional, ou nos casos da Madeira e dos Açores, de âmbito distrital.

9 - As condições de funcionamento das Assembleias Gerais serão objecto de regulamentos próprios, conforme prescrito no artigo 127.º

ARTIGO 34º

1 - Os Conselhos Directivos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores são constituídos por um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um número de vogais até um máximo de dez, a critério das respectivas assembleias gerais.

2 - Os Conselhos Directivos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores reunirão semanalmente.

3 - Compete-lhes:

a) promover o prestígio da Ordem através da satisfação dos seus objectivos, consignados no capítulo II;

b) representar as Regiões ou os Distritos da Madeira e dos Açores.

c) gerir as respectivas actividades, nos termos do Estatuto e dos Regulamentos internos, e administrar os bens que lhes estão confiados;

d) requerer a convocação de Assembleias Gerais;

e) elaborar e apresentar aos respectivos Conselhos Fiscais, com uma antecedência mínima de trinta dias relativamente à respectiva assembleia geral de apreciação, o relatório e contas do ano civil anterior;

f) submeter à aprovação e votação das respectivas Assembleias Gerais o relatório e contas do ano civil anterior;

g) elaborar e submeter à aprovação e votação das respectivas Assembleias Gerais o orçamento relativo ao ano civil em curso;

h) arrecadar receitas e satisfazer despesas;

i) organizar e estruturar os actos eleitorais;

j) colaborar com o Conselho Directivo Nacional na organização e realização de referendos;

k) convocar as reuniões de esclarecimento e debate relativas a referendos, previstas no n.º 4 do artigo 82.º;

m) admitir e registar associados, de acordo com as normas constantes do capítulo 11º;

n) propor a proclamação de membros honorários e a notificação de membros correspondentes;

o) promover acções disciplinares, através do Conselho Disciplinar competente;

p) promover a criação de Distritos, nas condições expressas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º, e assegurar a coordenação da sua actividade com os órgãos das respectivas Regiões;

q) regulamentar, acompanhar e, quando necessário, coordenar a actividade das Comissões e Grupos de Trabalho criados no âmbito respectivo;

r) elaborar e aprovar os regulamentos internos necessários ao funcionamento dos respectivos serviços;

s) organizar e dirigir os respectivos serviços administrativos;

t) admitir e despedir pessoal administrativo.

4 - As condições de exercício dos Conselhos Directivos serão objecto de regulamentos próprios, conforme prescrito no artigo 128.º

ARTIGO 35.º

Os Conselhos Directivos dos Distritos, no Continente, serão nomeados e terão a constituição e a competência que lhes forem atribuídas pelos Conselhos Directivos das respectivas Regiões.

ARTIGO 36.º

1 - Os Conselhos Fiscais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores são constituídos por três membros efectivos, os quais escolherão entre si o Presidente após o acto de posse.

2 - Compete-lhes:

- a) examinar, pelo menos trimestralmente, a gestão financeira da competência dos respectivos Conselhos Directivos;
- b) dar parecer sobre o relatório e contas apresentados pelos respectivos Conselhos Directivos, bem como sobre os orçamentos;
- c) assistir às reuniões dos respectivos Conselhos Directivos sempre que o julgarem conveniente, sem contudo terem voto deliberativo.

3 - As condições de exercício dos Conselhos Fiscais serão objecto de regulamentos próprios, conforme prescrito no artigo 128.º

ARTIGO 37.º

1 - Os Conselhos Disciplinares das Regiões são constituídos por cinco membros efectivos, os quais escolherão entre si o Presidente após o acto de posse.

2 - Compete-lhes, em primeira instância e de acordo com o Regulamento Disciplinar, instruir e julgar os processos disciplinares que digam respeito aos membros da Ordem, com excepção dos que são da competência do Conselho Disciplinar Nacional, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 29.º

3 - Os processos disciplinares respeitantes a membros inscritos nos Distritos da Madeira e dos Açores serão instruídos, em única instância, pelo Conselho Disciplinar Nacional, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 29.º

4 - Das decisões dos Conselhos Disciplinares das Regiões cabe sempre recurso para o Conselho Disciplinar Nacional, de acordo com o Regulamento Disciplinar.

5 - As condições de exercício dos Conselhos Disciplinares serão objecto de regulamentos próprios, conforme prescrito no artigo 128.º

ARTIGO 38.º

1 - As Comissões de Especialidades das Regiões são constituídas por tantos membros efectivos quantas as especialidades reconhecidas pela Ordem e representadas na Região por um mínimo de dez membros.

2 - As competências das Comissões de Especialidades serão definidas no âmbito de cada Região, conforme a respectiva dimensão e dinâmica de acção o justificarem.

3---As condições de exercício das Comissões de Especialidades serão objecto de regulamentos próprios, conforme prescrito no artigo 129.º

ARTIGO 39.º

1 - As restantes Comissões e Grupos de Trabalho a que se referem os n.ºs 3 e 6 do artigo 24.º terão a constituição e as competências que em cada caso se justificarem.

2 - A criação das Comissões ou Grupos de Trabalho referidos no número anterior será da iniciativa das Assembleias Gerais ou dos Conselhos Directivos respectivos, indistintamente.

3 - As condições de exercício das Comissões ou Grupos de Trabalho referidos nos números anteriores serão objecto de regulamentos próprios, conforme prescrito no artigo 129.º

CAPÍTULO V

Especialidades reconhecidas e especializações criadas pela Ordem.

ARTIGO 40.º

As especialidades reconhecidas pela Ordem e como tais incluídas no seu quadro geral são:

a) engenharia civil, engenharia de minas, engenharia mecânica, engenharia electrotécnica, engenharia química, engenharia metalúrgica, engenharia agronómica, engenharia silvícola (ou florestal), engenharia geográfica e engenharia naval;

b) as demais conferidas por cursos de engenharia contemplados nas alíneas a) e b) do artigo 10.º

ARTIGO 41.º

A criação de especializações pela Ordem presume a realização do seguinte esquema processual:

1 - Exposição assinada por um mínimo de dez membros efectivos interessados e remetida ao Conselho Directivo Nacional onde se fundamente, à luz do objectivo fundamental da Ordem consignado no artigo 4.º, a criação da nova especialização, se defina o âmbito de exercício profissional a que diga respeito e se indiquem as designações oficiais propostas para a especialização e para o correspondente título.

2 - Divulgação por todos os associados, por parte do Conselho Directivo Nacional, dos termos da exposição, no prazo máximo de um mês após a sua entrega nos serviços de expediente do Conselho Directivo Nacional.

3 - Remessa, no mesmo prazo máximo, à Comissão de Qualificação Profissional, por parte do Conselho Directivo Nacional, dos termos da exposição para parecer.

4 - Divulgação por todos os associados e remessa à Comissão de Qualificação profissional, por parte do Conselho Directivo Nacional, de todos os comentários escritos que eventualmente sejam produzidos por associados, no prazo máximo de quinze dias após a sua entrada nos serviços de expediente do Conselho Directivo Nacional.

5 - Elaboração do parecer da Comissão de Qualificação Profissional sobre a exposição e comentários escritos, num prazo não inferior a quatro meses nem superior a seis meses, contados da data de remessa da exposição.

6 - Divulgação por todos os associados, por parte do Conselho Directivo Nacional, dos termos do parecer da Comissão de Qualificação Profissional, no prazo máximo de quinze dias após a sua entrada nos serviços de expediente do Conselho Directivo Nacional.

7 - Decisão do Conselho Directivo Nacional, no prazo máximo de um mês após a entrada do parecer nos respectivos serviços de expediente, e sua divulgação imediata por todos os associados.

ARTIGO 42.º

O Conselho Directivo Nacional, na hipótese de decisão favorável, fará incluir no quadro geral da Ordem a nova especialização até três meses após o registo da decisão em acta.

ARTIGO 43.º

Dando-se o caso de a decisão do Conselho Directivo Nacional ser desfavorável, poder-se-á insistir, seguindo-se de novo os trâmites previstos no artigo 41.c,

ARTIGO 44.º

Uma vez incluída no quadro geral da Ordem a nova especialização, o Conselho Directivo Nacional poderá, nos termos do artigo 6.O, outorgar o respectivo título aos membros efectivos que possuam habilitações qualificadas para o efeito e como tal sejam comprovadas.

ARTIGO 45.º

1 - Pata efeitos de outorga de títulos de especializações criadas pela Ordem aos membros efectivos que o requeiram, deverão estes apresentar nos serviços de expediente do Conselho Directivo Nacional:

- a) *curriculum vitae* escolar;
- b) *curriculum vitae* profissional;
- c) cópia de três trabalhos técnicos e ou científicos efectuados ou orientados pelos requerentes, escolhidos a seu critério.

2 - A documentação referida no número anterior será remetida pelo Conselho Directivo Nacional à Comissão de Qualificação Profissional, que sobre ela emitirá parecer no prazo máximo de três meses após a data da remessa.

3 - Sobre o parecer da Comissão de Qualificação Profissional, o Conselho Directivo Nacional decidirá no prazo máximo de um mês após entrada do parecer nos respectivos serviços de expediente.

ARTIGO 46.º

Dando-se o caso de a decisão do Conselho Directivo Nacional ser desfavorável, poderá o requerente insistir, mas o processo só poderá ter de novo início decorrido pelo menos um ano após a data de registo em acta da decisão do Conselho Directivo Nacional.

CAPITULO VI

Deveres e direitos

ARTIGO 47.º

Na generalidade, todos os membros têm os deveres e os direitos decorrentes do presente Estatuto e das leis em vigor, nos termos constantes dos restantes artigos deste capítulo.

ARTIGO 48.º

Constituem deveres do membro efectivo:

- a) cumprir as disposições do Estatuto, do Código Deontológico e dos regulamentos estabelecidos pela Ordem;
- b) participar na prossecução dos objectivos da Ordem;
- c) desempenhar as funções para as quais tenha sido eleito ou escolhido;
- d) prestar a comissões e a grupos de trabalho a colaboração especializada que lhe for solicitada;
- e) contribuir para a boa reputação da Ordem e procurar alargar o seu âmbito de influência;
- f) satisfazer os encargos estabelecidos pela Ordem;
- g) responder a inquéritos dos Conselhos Disciplinares.

ARTIGO 49.º

O membro efectivo goza dos seguintes direitos:

- a) participar nas actividades da Ordem;
- b) intervir e votar no Congresso, referendos e Assembleias Gerais;
- c) consultar as actas do Congresso e das Assembleias Gerais;
- d) requerer a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias, nos termos do n.º 5 do artigo 33.º;
- e) eleger e ser eleito para o desempenho de funções na Ordem, sem prejuízo das restrições previstas neste Estatuto;
- f) requerer a outorga de graus de qualificação, nos termos dos artigos 10.º, 12.º, 11.º, 13.º e 14.º;
- g) intervir na criação de especializações, nos termos do artigo 41.º;
- h) requerer a outorga de títulos de especialização, nos termos do artigo 45.º;
- i) beneficiar da actividade editorial da Ordem, conforme o presente Estatuto e os correspondentes regulamentos;
- j) utilizar os serviços oferecidos pela Ordem, conforme os regulamentos respectivos.

ARTIGO 50.º

Constituem deveres do membro extraordinário:

- a) cumprir as disposições do Estatuto e dos regulamentos estabelecidos pela Ordem;
- b) participar na prossecução dos objectivos da Ordem;
- c) prestar a comissões e a grupos de trabalho a colaboração especializada que lhe for solicitada;
- d) contribuir para a boa reputação da Ordem e procurar alargar o seu âmbito de influência;
- e) satisfazer os encargos estabelecidos pela Ordem;
- f) responder a inquéritos dos Conselhos Disciplinares.

ARTIGO 51.º

O membro extraordinário goza dos seguintes direitos:

- a) participar nas actividades da Ordem;
- b) intervir, sem direito de voto, no Congresso e nas Assembleias Gerais;
- c) consultar as actas do Congresso e das Assembleias Gerais;
- d) beneficiar da actividade editorial da Ordem, conforme o presente Estatuto e os correspondentes regulamentos;
- e) utilizar os serviços oferecidos pela Ordem, conforme os regulamentos respectivos.

CAPITULO VII

Eleições e referendos.

ARTIGO 52.º

1-Só podem ser eleitos para os órgãos da Ordem os membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

2-Não podem ser eleitos os que:

- a) não tenham pago, nos seis meses anteriores à data fixada para a realização das eleições, as quotas, de harmonia com as disposições estatutárias;
- b) sejam membros das Comissões de Fiscalização do acto eleitoral.

ARTIGO 53.º

Os membros dos órgãos da Ordem desempenham os seus cargos gratuitamente e, nos casos em que sejam eleitos, conforme o artigo 59.º, os respectivos mandatos terão a duração de três anos.

ARTIGO 54.º

São permitidas reeleições, mas o mesmo cargo não poderá ser desempenhado, consecutivamente, em mais de dois mandatos.

ARTIGO 55.º

Cada exercício anual dos membros eleitos para os órgãos da Ordem refere-se ao período decorrente entre 1 de Abril, ou o primeiro dia útil imediatamente a seguir, no caso de aquele não o ser, e 31 de Março, ou o dia anterior ao primeiro dia útil imediatamente a seguir a 1 de Abril, quando este não for dia útil.

ARTIGO 56.º

Os mandatos iniciam-se com a tomada de posse no início de um exercício anual.

ARTIGO 57.º

1-No caso de demissão, incapacidade prolongada ou perda de qualidade de membro efectivo de qualquer elemento dos órgãos da Ordem, o lugar vago será preenchido nos dois meses seguintes à verificação da vacatura do lugar.

2 - O mandato dos membros eleitos ou nomeados em consequência do disposto no número anterior termina na data em que normalmente expiraria o mandato do membro substituído.

ARTIGO 58.º

1-As eleições para os órgãos da Ordem serão ordinárias e extraordinárias.

2 - As eleições ordinárias destinam-se a eleger os membros dos órgãos da Ordem para mandatos completos.

3 - As eleições extraordinárias visam substituir os membros para lugares vagos previstos no n.º 1 do artigo 57.º

ARTIGO 59.º

1-As eleições para os órgãos da Ordem serão de âmbito nacional, de âmbito regional e, nos casos da Madeira e dos Açores, de âmbito distrital.

2-As eleições de âmbito nacional destinam-se à escolha:

a) do Presidente Nacional;

b) dos membros da Comissão de Admissão previstos na alínea d) do n.º 1 do artigo 30.º;

c) dos membros da Comissão de Qualificação Profissional previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 31.º;

3 - As eleições de âmbito regional e, nos casos da Madeira e dos Açores, de âmbito distrital visam a escolha de membros dos órgãos da Ordem considerados nos n.º 2 e 5 do artigo 24.º.

ARTIGO 60.º

As eleições ordinárias de âmbito nacional, de âmbito regional e, nos casos da

Madeira e dos Açores, de âmbito distrital serão simultâneas e terão lugar no mês de Fevereiro, nos termos do n.º 3 do artigo 33.º.

ARTIGO 61.º

1 - Para eleição dos membros dos órgãos nacionais da Ordem haverá listas separadas para o Presidente Nacional, para os membros da Comissão de Admissão e para os membros da Comissão de Qualificação Profissional considerados no n.º 2 do artigo 59.º

2 - Com excepção da lista para votação no Presidente Nacional, os candidatos para os restantes órgãos nacionais da Ordem considerados no número anterior serão inscritos em listas abertas.

3 - Para eleição dos membros dos órgãos regionais da Ordem e, nos casos da Madeira e dos Açores, dos correspondentes órgãos distritais haverá listas separadas para as Mesas das Assembleias Gerais, para os Conselhos Fiscais e para os Conselhos Disciplinares e listas conjuntas para todos os restantes órgãos.

ARTIGO 62.º

1 - A apresentação das, candidaturas consistirá na entrega das listas contendo a designação dos membros a eleger, acompanhadas de termos individuais ou colectivos de aceitação das candidaturas,

bem como dos respectivos currículos dos candidatos e programas:

a) a todas as Mesas das Assembleias Gerais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, nos casos das candidaturas para os órgãos nacionais da Ordem,

sob a forma de cópias;

b) as correspondentes Mesas das Assembleias Gerais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, nos casos das candidaturas para os restantes órgãos da Ordem.

2 - As listas de candidaturas terão de ser subscritas por um mínimo de 3% do número de membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos:

a) inscritos em todas as Regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores, sem qualquer regra proporcional, nos casos das candidaturas para os órgãos nacionais da Ordem;

b) inscritos nas correspondentes Regiões e Distritos da Madeira e dos Açores, nos casos das candidaturas para os restantes órgãos da Ordem.

3 - Os candidatos serão identificados pelo nome completo, número de membro, especialidade, idade e residência.

4 - Os subscritores das listas serão identificados pelo nome completo, assinatura, número de membro e residência.

5 - A apresentação das listas de candidaturas deverá ser feita até trinta dias antes da data do acto eleitoral.

ARTIGO 63.º

Marcação da data das eleições compete ao Conselho Directivo Nacional.

ARTIGO 64.º

Organização do processo eleitoral compete às Mesas das Assembleias Gerais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, que devem, nomeadamente:

a) convocar as Assembleias Eleitorais;

b) promover a constituição das Comissões de Fiscalização;

c) organizar os cadernos eleitorais;

d) apreciar as reclamações dos cadernos eleitorais;

e) verificar a regularidade das candidaturas;

f) promover a confecção e distribuição das listas de voto a todos os eleitores.

ARTIGO 65.º

As convocações das Assembleias Eleitorais serão feitas por meio de avisos postais dirigidos a todos os membros, por meio de anúncios convocatórios afixados nas sedes das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores e publicados em jornais diários de Coimbra, Funchal, Lisboa, Ponta Delgada e Porto, com a antecedência mínima de quarenta e cinco dias.

ARTIGO 66.º

1 - Os cadernos eleitorais serão organizados por Região e, nos casos da Madeira e dos Açores, por Distrito.

2 - Os cadernos eleitorais, depois de organizados, deverão ser afixados nas correspondentes sedes das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores trinta dias antes da data da realização das Assembleias Eleitorais.

3 - Da inscrição ou omissão irregulares nos cadernos eleitorais poderá qualquer eleitor, inscrito nas correspondentes Regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores, reclamar para a respectiva Mesa da Assembleia Geral nos dez dias seguintes aos da sua afixação, devendo esta decidir da reclamação no prazo de quarenta e oito horas.

ARTIGO 67.º

1 - Será constituída em cada Região e nos Distritos da Madeira e dos Açores uma Comissão de Fiscalização composta pelo Presidente da respectiva Mesa da Assembleia Geral e por um representante de cada uma das listas concorrentes, a qual iniciará as suas funções no dia seguinte ao da apresentação das candidaturas.

2 - O Representante de cada lista concorrente deverá ser indicado conjuntamente com a apresentação das respectivas candidaturas.

ARTIGO 68.º

Compete às Comissões de Fiscalização:

- a) fiscalizar o processo eleitoral;
- b) elaborar relatórios de eventuais irregularidades, a entregar às correspondentes Mesas das Assembleias Gerais.

ARTIGO 69.º

1 - As Mesas das Assembleias Gerais verificarão as irregularidades das candidaturas nos cinco dias subsequentes ao do encerramento do prazo para a entrega das listas de candidaturas.

2 - Com vista ao suprimento de eventuais irregularidades encontradas, a documentação será devolvida ao primeiro dos subscritores das listas, o qual deverá saná-las no prazo de três dias.

3 - Findo o prazo referido no número anterior, as Mesas das Assembleias Gerais decidirão, nas vinte e quatro horas seguintes, pela aceitação ou rejeição definitiva das candidaturas.

ARTIGO 70.º

As Assembleias Eleitorais terão início às 9 horas e encerrar-se-ão às 24 horas.

ARTIGO 71.º

1 - As listas de voto conterão os nomes impressos dos candidatos.

2 - As listas de voto terão forma rectangular uniforme, e serão em papel de características igualmente uniformes, sem marca ou sinal exterior.

3 - As listas de voto serão enviadas a todos os membros efectivos até cinco dias antes da data de realização das Assembleias Eleitorais e, ainda, fornecidas nos locais de voto.

ARTIGO 72.º

A identificação dos eleitores será efectuada pelo cartão de membro, pelo bilhete de identidade ou qualquer outro documento de identificação com fotografia.

ARTIGO 73.º

1 - O voto é secreto.

2 - Não é permitido o voto por procuração.

3 - É permitido o voto por correspondência, desde que:

- a) a lista esteja dobrada em quatro e contida em sobrescrito fechado;
- b) no referido sobrescrito conste o número de membro do eleitor, bem como a respectiva assinatura reconhecida por notário, ou abonada pela autoridade administrativa, ou abonada pelo presidente do Conselho Directivo respectivo;
- c) aquele sobrescrito seja introduzido noutro, endereçado ao Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral, por correio registado.

ARTIGO 74.º

1 - Funcionarão Mesas de voto nas sedes das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores e, eventualmente, noutros locais a definir pelas Comissões de Fiscalização correspondentes.

2 - Os eleitores votarão nas Regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores onde se encontrem inscritos.

3 - Cada lista credenciará um elemento por cada Mesa de voto.

4 - As Mesas das Assembleias Gerais promoverão, até cinco dias antes da data da realização das Assembleias Eleitorais, a constituição das Mesas de voto, devendo, obrigatoriamente, designar um representante seu, que presidirá.

ARTIGO 75.º

1 - Logo que a votação tenha terminado, proceder-se-á à contagem dos votos e elaboração da acta com os resultados, devidamente assinada pelos elementos da Mesa.

2 - Após a recolha das actas de todas as Mesas, proceder-se-á ao apuramento final e será feita a afixação dos resultados.

3 - As listas vencedoras para os órgãos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores serão proclamadas pelas respectivas Mesas das Assembleias Gerais.

4 - A proclamação das listas vencedoras para os órgãos nacionais da Ordem será feita pelo Conselho Directivo Nacional, após recepção dos correspondentes apuramentos de todas as Mesas das Assembleias Gerais.

ARTIGO 76.º

1 - Pode ser interposto recurso com fundamento em irregularidade do acto eleitoral, o qual deverá ser apresentado à Mesa da Assembleia Geral respectiva até três dias após o encerramento da Assembleia Eleitoral.

2 - A Mesa da Assembleia Geral deverá apreciar o recurso no prazo de quarenta e oito horas ' sendo a decisão comunicada aos recorrentes por escrito e afixada na, sede da respectiva Região ou Distrito da Madeira e dos Açores,

3-Da decisão da Mesa da Assembleia Geral cabe recurso para a Assembleia Geral, que será convocada expressamente para o efeito nos quinze dias subsequentes.

ARTIGO 77.º

1 - Os Presidentes das Mesas das Assembleias Gerais conferirão posse aos membros eleitos para os órgãos regionais e para os órgãos distritais da Madeira e dos Açores nas datas previstas no artigo 60.º para as eleições ordinárias, e no prazo de oito dias após a eleição ou decisão de recurso, para as eleições extraordinárias.

2 - O Presidente Nacional conferirá posse aos membros eleitos para os órgãos nacionais da Ordem nas mesmas datas e prazos indicados no número anterior.

ARTIGO 78.º

A Ordem participará nos encargos da campanha eleitoral de cada lista até um montante igual para todas, a fixar pelo Conselho Directivo Nacional, consoante as possibilidades financeiras da Ordem.

ARTIGO 79.º

Os referendos na Ordem serão sempre de âmbito nacional e de carácter deliberativo e destinam-se à votação:

- a) de eventuais alterações do presente Estatuto;
- b) dos regulamentos do Conselho Disciplinar Nacional, da Comissão de Admissão e da Comissão de Qualificação Profissional e eventuais posteriores alterações;
- c) sobre a dissolução da Ordem;
- d) sobre outras matérias que a critério do Conselho Directivo Nacional devam ser submetidas a referendo.

ARTIGO 80.º

Só poderão votar nos referendos os membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos.

ARTIGO 81.º

Os votos nos referendos expressar-se-ão por SIM ou NÃO.

ARTIGO 82.º

1 - As matérias a submeter a referendo, sob propostas das Assembleias Gerais apresentadas ao Conselho Directivo Nacional ' nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 33.º, ou de iniciativa deste último órgão, nos termos da alínea d) do artigo 79.º, deverão ser divulgadas por todos os membros da Ordem e ser sujeitas a reuniões de esclarecimento e debate de âmbito regional e, nos casos da Madeira e dos Açores, de âmbito distrital, durante um período de sessenta dias contados entre o nonagésimo e o trigésimo dia antes da data fixada para o referendo.

2 - O período de sessenta dias considerado no número anterior será designado por Período de Esclarecimento e Debate.

3 - Compete ao Conselho Directivo Nacional fixar as datas do referendo e os respectivos Períodos de Esclarecimento e Debate.

4 - As reuniões de esclarecimento e debate não terão carácter deliberativo e serão convocadas a nível regional e, nos casos da Madeira e dos Açores, a nível distrital, pelos respectivos Conselhos Directivos com uma antecedência mínima de oito dias, por meio de avisos postais para todos os membros da Ordem inscritos nas correspondentes Regiões e Distritos da Madeira e dos Açores.

5 - As Mesas das reuniões de esclarecimento e debate serão constituídas:

- a) pelos Presidentes dos respectivos Conselhos Directivos, que presidirão;
- b) por dois outros membros dos respectivos Conselhos Directivos, que funcionarão como secretários.

ARTIGO 83.º

1-As propostas de alteração às matérias a referendar deverão ser dirigidas, por escrito, durante o Período de Esclarecimento e Debate, ao Conselho Directivo Nacional, sendo os subscritores das

propostas identificados pelo nome completo, assinatura, número de membro e residência.

2 - Os textos a referendar poderão, ou não, incluir as alterações propostas ou ainda inclui-las em termos alternativos.

ARTIGO 84.º

A organização do processo de referendo compete aos Conselhos Directivos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, que devem, nomeadamente:

- a) convocar as Assembleias Referendatárias;
- b) organizar os cadernos eleitorais;
- c) apreciar as reclamações dos cadernos eleitorais;
- d) promover a confecção e distribuição dos votos a todos os eleitores.

ARTIGO 85.º

Tem aplicação, para as Assembleias Referendatárias, o disposto nos artigos 65.0 e 66.0 para as Assembleias Eleitorais.

ARTIGO 86.º

As Mesas das Assembleias Referendatárias em cada Região e nos Distritos da Madeira e dos Açores serão constituídas pelos Presidentes e dois outros membros dos respectivos Conselhos Directivos.

ARTIGO 87.º

As Assembleias Referendatárias terão início às 9 horas e encerrar-se-ão às 24 horas.

ARTIGO 88.º

- 1 - As listas de voto conterão as palavras «sim» ou «não» impressas.
- 2 - As listas de voto terão forma rectangular uniforme e serão em papel de características igualmente uniformes, sem marca ou sinal exterior.
- 3 - As listas de voto serão enviadas a todos os membros efectivos até quinze dias antes da data de realização das Assembleias Referendatárias e, ainda, fornecidas nos locais de voto. 1

ARTIGO 89.º

Tem aplicação, para as Assembleias Referendatárias, o disposto nos artigos 72.0 e 73.0 para as Assembleias Eleitorais.

ARTIGO 90.º

- 1 - Funcionário Mesas -de voto nas sedes das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores e, eventualmente, noutros locais a definir pelos Conselhos Directivos correspondentes.
- 2 - Os eleitores votarão nas Regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores onde se encontrem inscritos.
- 3 - As Mesas das Assembleias Referendatárias promoverão, até cinco dias antes da data de realização das Assembleias Referendatárias, a constituição das Mesas de voto.

ARTIGO 91.º

Tem aplicação, para as Assembleias Referendatárias, o disposto nos n.os 1 e 2 do artigo 75.0 para as Assembleias Eleitorais.

ARTIGO 92.º

Os resultados dos referendos serão divulgados pelo Conselho Directivo Nacional, após recepção dos apuramentos de todas as mesas das Assembleias Referendatárias.

ARTIGO 93.º

Salvo os casos expressos de alterações de Estatuto e de dissolução da Ordem, previstos, respectivamente, nos capítulos XIII e XIV, os resultados dos referendos corresponderão à maioria simples dos votos válidos, a favor ou contra, entrados nas urnas.

CAPITULO VIII

Actividade editorial.

ARTIGO 94.º

A actividade editorial da Ordem deve ser entendida como um dos meios de maior projecção, quer da sua vida associativa, quer das suas actividades técnicas, científicas e profissionais.

ARTIGO 95.º

O Presidente Nacional e o Conselho Directivo Nacional, através da Comissão Editorial, e os Conselhos Directivos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, por si ou através de Comissões de Publicações, impulsionarão, por todos os meios ao seu alcance, a produção de textos técnicos, científicos e profissionais por parte dos membros da Ordem, desenvolvendo entre todos a apetência para o progresso da engenharia por intermédio da comunicação escrita.

ARTIGO 96.º

As Regiões e os Distritos da Madeira e dos Açores poderão levar a efeito, através de Comissões de Publicações, a edição de publicações, periódicas ou não, de índole meramente de informação associativa, ou ainda de carácter técnico, científico e profissional, cujos correspondentes Conselhos Directivos entenderem como conveniente à vida da Ordem nos respectivos âmbitos regionais e distritais.

ARTIGO 97.º

1-A Comissão Editorial assegurará, em dependência do Conselho Directivo Nacional, a edição das publicações de âmbito nacional da Ordem.

2-Serão publicações periódicas de âmbito nacional da Ordem:

- a) o Boletim Informativo do Conselho Directivo Nacional;
- b) as Memórias técnicas, científicas e profissionais, eventualmente desdobradas por especialidades;
- c) as Actas dos Congressos.

3-Serão publicações não periódicas de âmbito nacional as edições de livros de textos originais portugueses ou de traduções de textos estrangeiros.

ARTIGO 98.º

1 - Os textos publicados no Boletim Informativo do Conselho Directivo Nacional serão sempre da responsabilidade deste órgão e os textos publicados em equivalentes.

Boletins das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, da responsabilidade dos respectivos Conselhos Directivos.

2 - Os textos publicados nas Memórias serão sempre da responsabilidade dos seus autores e devem ser objecto de análises críticas, as quais, existindo, deverão ser publicadas também nas Memórias com um desfazamento nunca superior a um ano.

3 - As Actas dos Congressos serão constituídas pelos textos das comunicações e pelos relatos dos debates técnicos e científicos a que tenham dado origem.

ARTIGO 99.º

1 - O Boletim Informativo do Conselho Directivo Nacional será distribuído gratuitamente a todos os membros da Ordem, e os equivalentes boletins que eventualmente se publiquem nas regiões e nos Distritos da Madeira e dos Açores serão distribuídos gratuitamente aos respectivos membros inscritos.

2 - As Memórias e as Actas dos Congressos serão vendidas aos membros da Ordem que o desejarem por 50% do seu preço de capa.

3 - Todas as restantes publicações editadas pela Ordem serão vendidas aos membros que o desejarem pelo preço de capa.

ARTIGO 100.º

Competirá à Comissão Editorial constituir e manter um Centro de Documentação e uma Livraria, a instalar na sede nacional da Ordem.

ARTIGO 101.º

As funções da Comissão Editorial serão coadjuvadas por pessoal técnico e administrativo com qualificações e em número adequado.

CAPITULO IX

Receitas e despesas

ARTIGO 102.º

Constituem receitas dos órgãos nacionais da Ordem:

- a) 0,5% do vencimento mínimo nacional por cada membro inscrito e por mês, a satisfazer pelas Regiões e pelos Distritos da Madeira e dos Açores;
- b) os resultados das vendas de publicações editadas pela Comissão Editorial;
- c) os resultados das realizações dos Congressos;

d) os resultados de outras actividades enquadráveis nos objectivos da Ordem, levadas a efeito por sua iniciativa;

e) legados ou donativos;

f) os rendimentos dos fundos de reserva;

g) os juros dos dinheiros depositados.

ARTIGO 103.º

Os órgãos nacionais da Ordem constituirão um fundo de reserva, representado por 10% dos saldos das contas de gerência, destinado a fazer face a circunstâncias imprevistas e de que o Conselho Directivo Nacional disporá.

ARTIGO 104.º

Constituem receitas dos órgãos das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores:

a) o produto das jóias pagas pelos respectivos membros inscritos;

b) o produto das quotas pagas pelos respectivos membros inscritos;

c) os resultados das vendas de publicações editadas nos respectivos âmbitos;

d) os resultados de outras actividades enquadráveis nos objectivos da Ordem, levadas a efeito por sua iniciativa;

e) os rendimentos dos fundos de reserva;

f) os juros dos dinheiros depositados.

ARTIGO 105.º

As jóias pagas pelos respectivos membros inscritos constituirão fundos de reserva das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, de que os correspondentes Conselhos Directivos disporão.

ARTIGO 106.º

As despesas da Ordem são as que resultam do cumprimento do Estatuto e dos Regulamentos e as que sejam impostas por lei.

ARTIGO 107.º

As despesas de deslocação à sede nacional dos membros da Ordem que façam parte dos órgãos nacionais e dos membros da Comissão de Admissão considerados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 30.º são de conta do Conselho Directivo Nacional, com excepção dos membros observadores previstos no n.º 1 do artigo 27.º, as quais ficarão a cargo dos Conselhos Directivos da Madeira e dos Açores.

ARTIGO 108.º

As despesas com as realizações dos Congressos são de conta dos órgãos nacionais.

CAPITULO X

Código deontológico do engenheiro.

ARTIGO 109.º

O engenheiro deve considerar seu dever primordial possuir uma boa preparação científica e técnica, de modo a desempenhar cabalmente as funções que lhe competem, tendo presente que o fim último da sua actividade é a promoção económico-social da comunidade em que se integra, contribuindo nomeadamente para o progresso da engenharia por troca de informações, publicações de trabalhos, conferências, colaboração no ensino técnico e outros meios adequados.

A inserção do engenheiro no mundo do trabalho recomenda também que ele complete, desenvolva e actualize a sua formação humanística de forma a poder tomar posição esclarecida nas questões político-sociais.

ARTIGO 110.º

No respeitante a responsabilidade geral no exercício da profissão:

1-O engenheiro deve abster-se de aceitar trabalhos cuja execução exija mais tempo do que aquele de que dispõe ou que ultrapasse a sua competência. Idêntica posição deve tomar em relação à sua actividade em empregos simultâneos.

2 - O engenheiro deve ponderar a economia e a qualidade da produção ou das obras que dirija ou organize, tendo plena consciência de que é um dos elementos responsáveis pela respectiva optimização.

3 - O engenheiro deve opor-se à utilização fraudulenta do resultado do seu trabalho e não colaborar na fabricação, venda ou difusão de qualquer produto contrário ao bem público.

4 - O engenheiro deve opor-se à utilização de meios desleais na concorrência e adoptará a

sobriedade no anúncio dos seus serviços profissionais.

5 - Nas soluções técnicas que propuser ou adoptar, o engenheiro deve sempre seguir as normas de segurança para o pessoal executante, para os utilizadores e para o público.

6 - A protecção do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis, sempre que estiver em causa, deverá ser tomada em consideração nas soluções técnicas que o engenheiro propuser ou adoptar.

ARTIGO 111.º

No respeitante a relações com colegas:

1 - O engenheiro deve, nas suas relações com os colegas, actuar sempre com boa fé, com inteira lealdade e em conformidade com os preceitos da deontologia profissional.

2 - O engenheiro empenhar-se-á em não prejudicar, directa ou indirectamente, a reputação profissional ou as actividades profissionais de outros engenheiros.

3 - O engenheiro deve empenhar-se em que não sejam menosprezados os trabalhos de outros colegas, devendo apreciá-los com elevação e apenas no aspecto profissional.

4 - O engenheiro deve prestar aos seus colegas toda a colaboração possível e, em particular, no que respeita aos colegas que lhe estejam subordinados profissionalmente, deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir o êxito e dar o merecido relevo e compensação aos trabalhos destes.

5 - O engenheiro não concorrerá deslealmente com colegas na obtenção de trabalhos ou de empregos.

6 - O engenheiro deve recusar substituir um colega quando as razões dessa substituição não forem correctas, nunca o fazendo sem o seu acordo prévio.

7 - O engenheiro deve recusar proceder à revisão, à alteração ou à continuação dos trabalhos de outro colega sem o prévio acordo deste, enquanto não tiver terminado o compromisso desse colega nos trabalhos em causa.

Todavia, mesmo que esteja satisfeito o compromisso, deve comunicar a esse colega que o seu trabalho está a ser revisto, alterado ou continuado.

ARTIGO 112.º

No respeitante a relações com entidades patronais, clientes, empreiteiros e fornecedores:

1 - O engenheiro deve, nas relações profissionais com a sua entidade patronal, seus clientes, empreiteiros e fornecedores, usar de inteira lealdade, procurando dar aos problemas as melhores soluções técnicas e económicas, sem lesar os legítimos direitos das partes intervenientes.

2 - O engenheiro deve contribuir para a realização dos objectivos económico-sociais da empresa, promovendo, na medida em que estiver ao seu alcance, o aumento da produtividade, a melhoria da qualidade dos produtos e a justa distribuição dos benefícios entre os elementos que a compõem.

3 - O engenheiro deve abster-se de exercer actividades concorrentes com as do seu empregador sem o acordo prévio deste.

4 - O engenheiro apenas deve apresentar-se a concursos públicos ou privados, para prestação de serviços ou execução de trabalhos, quando aqueles sejam abertos em condições que não contrariem o Regulamento do Exercício da Profissão.

5 - O engenheiro só deve assinar os pareceres, projectos ou outros trabalhos profissionais de que seja autor ou colaborador.

6 - O engenheiro deve prestar os seus serviços com diligência e pontualidade, nunca abandonando, sem justificação, os trabalhos ou cargos que lhe estejam confiados.

7 - O engenheiro não retardará injustificadamente a emissão de documentos que habilitem os empreiteiros ou fornecedores a cobrar os seus serviços ou exercerem as suas actividades.

8 - O engenheiro não receberá, da parte de fornecedores ou empreiteiros, quaisquer benefícios, percentagens ou comissões sobre fornecimentos.

9 - O engenheiro deve recusar a sua colaboração em trabalhos sobre os quais saiba que terá de pronunciar-se no exercício de outras funções.

ARTIGO 113.º

No respeitante a relações com colaboradores e subordinados:

1 - O engenheiro deve, na empresa, nos trabalhos ou nos serviços em que desempenha a sua actividade, actuar, no que se refere às suas relações com colaboradores ou subordinados, de forma a eliminar ou a impedir a prática de discriminações baseadas em considerações de sexo, família, poder económico, opção política ou religiosa e de raça. Terá, todavia, em consideração a adequação das tarefas

às forças e capacidades dos seus subordinados, atendendo em especial à condição da mulher, dos jovens e do pessoal mais idoso e às exigências de saúde, educação e formação profissional.

2 - O engenheiro deve promover a aplicação das técnicas de prevenção e segurança no trabalho, cooperando no alargamento e melhoria dessas técnicas.

3 - O engenheiro deverá estudar as leis em vigor que regulem as relações de trabalho aplicáveis na sua *esfera de acção*, esforçar-se-á por interpretá-las e aplicá-las com equidade e diligenciará por obter a sua melhoria, tendo em vista a valorização

social do trabalho.

4 - O engenheiro deve avaliar com objectividade o trabalho dos seus colaboradores e subordinados, contribuindo para a sua valorização e promoção profissionais.

ARTIGO 114.º

No respeitante a segredo profissional:

1 - O engenheiro não divulgará nem utilizará segredos profissionais nem informações científicas e técnicas obtidas confidencialmente no exercício das suas funções, na medida em que disso possam vir a resultar prejuízos para os autores das descobertas correspondentes ou para os seus legítimos detentores. Esta obrigação deverá, porém, considerar-se limitada pelas exigências do bem comum.

2 - O engenheiro deve, em princípio, advogar a divulgação das descobertas científicas e técnicas, dado que a sua aplicação poderá contribuir para a melhoria das técnicas e do bem-estar da humanidade.

3 - O engenheiro procederá, no que respeita às políticas das empresas, com o mesmo espírito com que deve encarar os segredos científicos e técnicos.

4 - Sem prejuízo do bem público, o engenheiro deve manter confidenciais as informações que lhe forem transmitidas a esse título ou cuja divulgação possa prejudicar os seus colaboradores, subordinados ou empregados.

ARTIGO 115.º

No respeitante à propriedade intelectual, o engenheiro apenas deve reivindicar o seu direito quando a originalidade e importância relativa da sua contribuição o justifique. Exercerá esse direito, uma vez confirmado, respeitando a propriedade intelectual de outros e com as limitações que o bem comum exija.

ARTIGO 116.º

No respeitante a remuneração:

1 - O engenheiro deve ser remunerado apenas por serviços que tenha efectivamente prestado e na proporção do seu justo valor, não praticando dicotomia de honorários ou outra forma de distribuição destes.

2 - O engenheiro deve recusar a sua colaboração em trabalhos cujo pagamento esteja dependente dos seus resultados confirmarem uma conclusão pré-determinada ou demonstrarem a viabilidade económica de um empreendimento.

3 - O engenheiro deve recusar compensações de mais de um interessado no seu trabalho quando possa haver conflito de interesses ou quando não haja o consentimento de qualquer das partes.

ARTIGO 117.º

No respeitante a acções de peritagem e arbitragem:

1 - O engenheiro deve, ao emitir pareceres profissionais, fazê-lo com objectividade e isenção.

2 - O engenheiro deve, quando testemunhar perante tribunal ou comissão de inquérito, exprimir apenas opiniões fundamentadas em conhecimentos adequados e em honesta convicção.

ARTIGO 118.º

No respeitante a actividade associativa profissional:

1 - O engenheiro deve, na sua actividade associativa profissional, actuar no sentido de promover o desenvolvimento da técnica e a melhor aplicação desta ao progresso económico-social da comunidade de que faz parte.

2 - O engenheiro deve, nas associações profissionais a que aderir, manter o prestígio da profissão por uma conduta irrepreensível e pelo valor da sua colaboração.

CAPÍTULO XI

Acção disciplinar

ARTIGO 119.º

A acção disciplinar da Ordem é exercida independentemente de qualquer outra e deverá reger-se pelo presente Estatuto e pelo Regulamento Disciplinar.

ARTIGO 120.º

O exercício da acção disciplinar compete aos Conselhos Disciplinares das Regiões, ao Conselho Disciplinar Nacional e ao Conselho Directivo Nacional, consoante os casos e de acordo com as prescrições da alínea o) do n.º 3 do artigo 27.0, das alíneas a), b) e c) do n.º 2 do artigo 29.º e dos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 37.º.

ARTIGO 121.º

Para todos os efeitos decorrentes deste Estatuto, considera-se infracção disciplinar o facto voluntário praticado por qualquer membro da Ordem com violação dos deveres consignados neste Estatuto e nos Regulamentos estabelecidos.

ARTIGO 122.º

1-O Pedido de cancelamento de inscrição não faz cessar a responsabilidade disciplinar.

2 - As infracções disciplinares prescrevem no prazo de cinco anos; se constituírem conjuntamente infracções penais, prescrevem no mesmo prazo que o procedimento judicial, se este for superior àquele.

ARTIGO 123.º

As penas disciplinares aplicáveis são as seguintes:

- a) advertência;
- b) censura registada;
- c) suspensão temporária até um máximo de dois anos;
- d) expulsão.

ARTIGO 124.º

Das decisões tomadas conjuntamente pelo Conselho Disciplinar Nacional e pelo Conselho Directivo Nacional, nos termos da alínea o) do n.º 3 do artigo 27.0 e da alínea c) do n.º 2 do artigo 29.0, não cabe recurso no âmbito da Ordem.

CAPITULO XII

Regulamentos

ARTIGO 125.º

O Regulamento Disciplinar, cuja elaboração e revisões competem ao Conselho Disciplinar Nacional, será aprovado por referendo, devendo qualquer revisão sujeitar-se a idênticos trâmites.

ARTIGO 126.º

Os Regulamentos que definirão as condições de exercício da Comissão de Admissão, da Comissão de Qualificação Profissional e da Comissão Editorial, designadamente no que respeita a critérios aplicáveis e normas de funcionamento, cuja elaboração e revisões competem aos respectivos órgãos, serão aprovados por referendos, devendo qualquer revisão sujeitar-se a idênticos trâmites.

ARTIGO 127.º

Os Regulamentos que definirão as condições de funcionamento das Assembleias Gerais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, cuja elaboração e revisões competem às respectivas Mesas, serão aprovadas pelas próprias Assembleias Gerais, devendo qualquer revisão sujeitar-se a idênticos trâmites.

ARTIGO 128.º

Os Regulamentos que definirão as condições de exercício dos Conselhos Directivos e dos Conselhos Fiscais das Regiões e dos Distritos da Madeira e dos Açores, bem como dos Conselhos Disciplinares das Regiões, cuja elaboração e revisões competem aos respectivos órgãos, serão aprovados pelas respectivas Assembleias Gerais, devendo qualquer revisão sujeitar-se a idênticos trâmites.

ARTIGO 129.º

Os Regulamentos que definirão as condições de exercício das Comissões de Especialidades das Regiões, bem como das restantes Comissões e Grupos de Trabalho previstos nos números 3 e 6 do artigo 24.º, serão da responsabilidade dos respectivos órgãos, aos quais competem a elaboração e eventuais revisões.

CAPITULO XIII

Alterações do Estatuto.

ARTIGO 130.º

O presente Estatuto só poderá ser alterado em resultado de vontade expressa por referendo.

ARTIGO 131.º

1 - Os resultados desses referendos só poderão considerar-se como definitivos, em primeira votação, se reunirem, a favor ou contra, pelo menos um terço de votos de todos os membros efectivos inscritos nos cadernos eleitorais, apurando-se os resultados por maioria simples.

2 - Se não se verificar a condição expressa no número anterior, o processo de referendo só se poderá repetir passados seis meses.

CAPITULO XIV

Dissolução da Ordem

ARTIGO 132.º

A dissolução da Ordem só poderá verificar-se em resultado de vontade expressa por referendo.

ARTIGO 133.º

1 - O resultado desse referendo só poderá considerar-se como definitivo, em primeira votação, se reunir, a favor ou contra, pelo menos, dois terços de votos de todos os membros efectivos inscritos nos cadernos eleitorais.

2 - Se não se verificar a condição expressa no número anterior, o processo de referendo só se poderá repetir passados seis meses.

CAPITULO XV

Disposições gerais e transitórias

ARTIGO 134.º

Mantêm a sua categoria todos os membros e subscritores da Ordem actualmente inscritos nos seus ficheiros, qualificando-se de acordo com o presente Estatuto.

§ único. Serão qualificados com o grau C2 todos os membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos à data da aprovação deste Estatuto com dez ou mais anos de inscrição.

ARTIGO 135.º

Até aprovação de novos Regulamentos continuarão a vigorar, na medida do aplicável, os existentes na Ordem dos Engenheiros.

ARTIGO 136.º

A eleição dos novos Corpos Gerentes da Ordem deverá realizar-se até ao final do 1.º semestre de 1976, com dispensa do disposto no n.º 2 do artigo 26.º quanto à qualidade de membros elegíveis para o cargo de Presidente Nacional.

ARTIGO 137.º

O mandato dos Corpos Gerentes a que se refere o artigo anterior poderá ser por um período inferior a três anos, terminando em 31 de Março de 1979.

ARTIGO 138.º

Compete aos actuais Corpos Gerentes da Ordem a organização do processo eleitoral, de acordo com o estabelecido no presente Estatuto.

ARTIGO 139.º

1 - O presente Estatuto será obrigatoriamente revisto durante a vigência do mandato dos Corpos Gerentes a que se refere o artigo 136.º

2 - O Período de Esclarecimento e Debate e o correspondente referendo para revisão do Estatuto terão lugar no último trimestre de 1978.

3 - O processo de referendo para revisão do Estatuto obedecerá ao disposto nos pertinentes artigos dos capítulos VII e XIII.